

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Paraguaçu Paulista

Protocolo 16.912 Data/Hora 26/08/2013 13:13:40
Responsável: OAP

INDICAÇÃO Nº 166 /2013

Indica ao senhor Prefeito Municipal o cadastramento da Estância Turística de Paraguaçu Pta nos programas do Governo Federal, conforme especifica.

Excelentíssimo Senhor

Miguel Canizares Junior

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística

Paraguaçu Paulista – SP

Nos termos regimentais vigentes, os vereadores Paulo Roberto Pereira e Kátia Euzébio de Oliveira **I=N=D=I=C=A=M** ao Prefeito Municipal Sr. Ediney Taveira Queiróz, que providencie com urgência o Cadastramento da Estância Turística de Paraguaçu Pta nos programas do Governo Federal, conforme especifica:

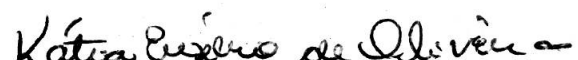
JUSTIFICATIVA

Ressaltamos que os programas do Governo Federal tem se tornado um dos principais instrumentos para auxiliar os municípios a melhorar a qualidade na Gestão Pública. E sendo assim, faz se necessário que o município fique atento as regras e aos prazos estabelecidos para efetivar sua participação nos Programas do Governo Federal (SICONV), motivo pelo qual pedimos atendimento deste nosso pleito.

Sala das sessões, 26 de Agosto de 2013.


PAULO ROBERTO PEREIRA

Vereador / PT


KÁTIA EUZÉBIO DE OLIVEIRA

Vereadora / PT

Programas do Governo Federal com Inscrição Aberta

SICONV- 2013

ÓRGÃO	TIPO DE INSTRUMENTO QUALIFICAÇÃO PROPOSTA	PROGRAMA ATENDE	CÓDIGO / NOME DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DATA FIM RECEB. PROPOS.
MINISTERIO DA SAUDE AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	3621220130002 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde - SUS (2015.8719)	Garantir a qualidade de produtos, serviços e ambientes sujeitos à Vigilância Sanitária, de forma a promover e prevenir os riscos à saúde da população.	31/12/2013
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	Contrato de Repasse, Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	4900020130106 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar - AFEM contrato de repasse.	Viabilização da Assistência Técnica e da Extensão Rural às agricultores familiares, comunidades indígenas e quilombolas, além da formação e capacitação de agentes que orientem a organização social dos assentados no sentido de criar, fortalecer e qualificar as associações e outras formas organizativas das famílias beneficiárias	12/12/2013
0	Contrato de Repasse, Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	4900020130100 Territórios Rurais - Infra-estrutura e Serviços - AFEM Contratos de Repasse.	Viabilizar, priorizando a articulação com programas e políticas públicas, investimentos na implantação, ampliação e modernização de infra-estrutura e serviços necessários à dinamização econômica dos territórios rurais, ao fortalecimento da gestão social de seu processo de desenvolvimento e de redes sociais de cooperação e à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.	13/12/2013
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	3621120130012 Saneamento Básico (10GD - Sistema de Abastecimento de Água)	Ampliar a cobertura e melhorar a gestão das ações e serviços de saneamento em áreas urbanas e Rurais, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza, em comunidade rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, dentre outras), por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturais nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade desses serviços.	31/12/2013
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	3621120130011 Saneamento Básico (10GE - Sistema de Esgotamento Sanitário)	Ampliar a cobertura e melhorar a gestão das ações e serviços de saneamento em áreas urbanas e Rurais, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza, em comunidade rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, dentre outras), por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturais nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade desses serviços.	31/12/2013
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	3621120130010 Saneamento Básico (3883 - Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais)	Ampliar a cobertura e melhorar a gestão das ações e serviços de saneamento em áreas urbanas e Rurais, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza, em comunidade rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, dentre outras), por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturais nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade desses serviços.	31/12/2013
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	3621120130009 Saneamento Básico (10GG - Sistema de Resíduos Sólidos)	Ampliar a cobertura e melhorar a gestão das ações e serviços de saneamento em áreas urbanas e Rurais, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza, em comunidade rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, dentre outras), por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturais nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade desses serviços.	31/12/2013

FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	3621120130008 - Saneamento Básico (7652 - Melhorias Sanitárias Domiciliares MSD	Ampliar a cobertura e melhorar a gestão das ações e serviços de saneamento em áreas urbanas e rurais, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza, em comunidade rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, dentre outras), por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturais nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade desses serviços.	31/12/2013
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	3621120130007 Saneamento Básico (7656 - Saneamento Rural - Áreas Especiais)c	Ampliar a cobertura e melhorar a gestão das ações e serviços de saneamento em áreas urbanas e rurais, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza, em comunidade rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, dentre outras), por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturais nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade desses serviços.	31/12/2013
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	3621120130006 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde - SUS (3921 - Melhorias Habitacionais-Chagas	Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde	31/12/2013
FURNAS	Proposta Voluntária	TODOS	PROGRAMA FURNAS SOCIAL: INSCRIÇÕES	Furnas Centrais Elétricas S.A. comunica que receberá, no período de 12 de agosto a 30 de setembro de 2013, inscrições procedentes de instituições sob responsabilidade de organismos governamentais, não governamentais e comunitários, municipais, estaduais e federais, Conselhos Estaduais ou Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, entidades filantrópicas privadas sem fins lucrativos, voltadas para o atendimento às comunidades menos favorecidas, tais como: asilos, creches, hospitais, postos de saúde e afins, associações beneficentes e de atendimento a portadores de necessidades especiais, para participação no Programa com o objetivo de destinar recursos financeiros, no total de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as Instituições selecionadas que estejam alinhadas com a Política de Responsabilidade Social de Furnas.	30/9/2013
M. INTEGRACAO NACIONAL	Convênio, Proposta Voluntária, Proposta de Proponente Específico do Concedente, Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	2220320130001 Apelo ao Desenvolvimento Regional - PT 99.999.9999.9999 - Ação: Implantação de Infraestrutura Hídrica - Nacional - (TREINAMENTO)	Furnas Centrais Elétricas S.A., através deste Programa, abrangerá os estados de atuação da Empresa - Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Porto Velho (RO), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Tocantins (TO), Santa Catarina (SC)	31/12/2013
M. INTEGRACAO NACIONAL	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	2220420130003 - Implantação de Estruturas em Localidades Alagadas por Seca, no Estado da Paraíba	O Programa 2051 - Apoio ao Desenvolvimento Regional (Treinamento), por intermédio da ação: PT 99.999.9999.9999.9999 - Implantação de Infraestrutura Municipal - Nacional, tem por finalidade assegurar o desenvolvimento regional e proporcionar qualidade de forma sustentável à população em projetos e obras de pequeno vulto, inclusive com ações complementares, objetivando a melhoria da qualidade de vida	31/12/2013
M. INTEGRACAO NACIONAL	Convênio, Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	5300020130006 Gestão de Riscos e Resposta a Desastres - SIH/DOH - Plano de Ação	A medida viabilizará, ainda, a implantação pelo DNOCS, de estruturas produtivas que concorrerão para a realização de ações de convivência com seca, com vistas à inclusão produtiva e à segurança hídrica para a produção, das populações vítimas de desastres naturais ocasionados pela estiagem prolongada.	31/12/2013
M. INTEGRACAO NACIONAL	Convênio, Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	5300020130005 Oferta de Água - SIH/DOH - Plano de Ação	Implantação e Ampliação de Sistemas de Macrodrenagem Urbana; Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial; Realização de Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e inundações e para contenção de Erosões Marítimas e Fluviais; Canalização de Córregos; Obras para Controle de cheias de Erosão Marinha e Fluviais; Dessassoreamento e Recuperação de Bacias; Construção de Barragens para Contenção de Cheias.	20/12/2013
M. INTEGRACAO NACIONAL	Convênio, Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	5300020130005 Oferta de Água - SIH/DOH - Plano de Ação	O programa tem como objetivo aumentar a oferta de água em sistemas, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica; revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais; formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o Setor e a atuação do Estado.	20/12/2013

M. TURISMO	Contrato de Repasse Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	5400020130001 - PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - CONTRATO DE REPASSE - PROGRAMAÇÃO - PROPOSTA VOLUNTÁRIA	O Programa de Infraestrutura Turística visa o desenvolvimento do turismo nos municípios brasileiros, principalmente por meio de adequação da infraestrutura, de forma que permita a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade do produto para o turista, bem como a consecução dos objetivos previstos no Plano Nacional de Turismo.	30/11/2013
M. TURISMO	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Empresa pública/Sociedade de economia mista	5400020130017 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DO TURISMO - CONVÊNIO - PROGRAMAÇÃO	EVENTOS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO SÃO AQUELES QUE TÊM COMO OBJETO AÇÕES RELACIONADAS À ARTICULAÇÃO, PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS ROTEIROS E PRODUTOS TURÍSTICOS NO PAÍS.	7/8/2013
M. TURISMO	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	5400020130012 FISCALIZAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS	O PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO É EXECUTADO PELA COORDENAÇÃO GERAL DE SERVIÇOS TURÍSTICOS - CGQT/DEAOT/SNPDTur, QUE VISA A EXECUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS, DOS EMPREENDEDORES E DOS PROFISSIONAIS DE TURISMO CONFORME ESTABELECE A LEI 11.771/2008 E O DECRETO 7.381/2010	15/12/2013
M. TURISMO	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	5400020130006 FOMENTO À INICIATIVA PRIVADA - CONVÊNIOS - PROGRAMAÇÃO	O Programa FOMENTO À INICIATIVA PRIVADA é executado no âmbito da Diretoria de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo - DFPI/T, da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - SNPD/Tur do Ministério do Turismo, que tem por objetivo promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo nacional e por finalidade aumentar o volume de investimentos privados no setor de turismo do Brasil, divulgando e orientando o setor e os investidores, com participação em eventos nacionais e internacionais, bem como a consecução dos objetivos previstos no Plano Nacional de Turismo.	30/11/2013
M. TURISMO INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Empresa pública/Sociedade de economia mista	2060420130002 TURISMO - PROMOÇÃO INTERNACIONAL	Programa para promoção e divulgação do Brasil no exterior, orientado pelo Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil (Mercado Norte Americano; Mercado Europeu; Mercado Latino Americano e Outros Mercados) com o objetivo de aumentar o fluxo, o gasto médio e o tempo médio de permanência de turistas estrangeiros no país. As propostas devem estar em sinergia com as diretrizes do Plano Aquarela 2020 - Marketing Turístico Internacional do Brasil (Anexo), que foi concebido e colocado em prática em 2005 com o objetivo de impulsionar o incremento do número e do gasto de turistas estrangeiros no país. Para tanto, foi realizado um trabalho que seguiu uma metodologia que analisou a situação do turismo no mundo e no Brasil, para em seguida construir a estratégia e, a partir dela, o plano operacional que especificou quais ações a serem realizadas e em quais países. Para dar forma ao Plano	30/9/2013
M. ESPORTE	Convênio, Proposta de Proponente Específico do Concedente, Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	5100020130003 - PREPARAÇÃO DE ATLETAS E CAPACITAÇÃO	Apoio financeiro supletivo para o pagamento e formação de pessoal especializado e de apoio, contratação de serviços, aquisição de material, e equipamento técnico-esportivo e de apoio e material administrativo. Apoio à realização de avaliações científicas e de controle de dopagem; à realização e participação em eventos esportivos, cursos, seminários, congressos, conferências, eventos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte, intercâmbios e outros ligados ao desenvolvimento de estudo e da prática do esporte de alto rendimento; e implantação, modernização, adequação e manutenção de espaços físicos, e aquisição de equipamentos e materiais laboratoriais e esportivos.	31/12/2013
M. ESPORTE	Contrato de Repasse Proposta Voluntária, Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	5100020130002 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - (CONTRATO DE REPASSE)	Construção, ampliação, reforma e modernização da infraestrutura esportiva, para o desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer, mediante disponibilização de equipamentos e instalações esportivas tais como: quadras poliesportivas, campos de futebol, ginásios de esportes, complexos esportivos, pistas de atletismo, equipamentos e bens permanentes, entre outros.	31/12/2013

M. Saúde	Proposta Voluntária	todos	UBS Rede Cegonha Viver sem Limite	O Ministério da Saúde reabriu o Sistema para readequação e cadastro de propostas de reforma e ampliação de UBS, e até o dia 31 de agosto de 2013 os gestores municipais poderão solicitar readequação e cadastrar no Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB) novas propostas de reforma e ampliação de UBS. O cadastro de propostas para a Rede Cegonha, conforme o disposto na Portaria 1.459 de 24/11/2011, estará disponível a partir do dia 01/08/2013 (recursos de emenda e programação). O cadastro de propostas para o Viver sem Limite (Rede Pessoa com Deficiência), conforme o disposto na Portaria 835 de 25/04/2012, estará disponível a partir do dia 31/08/2013 (recursos de emenda e programação). O Programa tem por finalidade apoiar a pequena produção agropecuária por meio do estímulo a produção e promoção da agregação de valor e seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores. DESCRIÇÃO: Incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio de: 1. aquisição de calcário e adubos para correção de solos; Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos; 3. Estímulo a produção, comercialização, divulgação e melhoria de produtos agropecuários e derivados; 4. Capacitação de produtores, trabalhadores, técnicos e demais atores envolvidos nas cadeias produtivas em tecnologia da produção agropecuária, comercialização, gestão cooperativa e associativa, adoção de boas práticas agropecuárias, conservação, e manejo de solo e água no processo produtivo agropecuário, produção orgânica, projetos de melhoramento genético animal e vegetal; 5. Eventos Técnicos, Exposição Agropecuária.	31/8/2013
MAPA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	2200020130036 FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO	O Programa tem por finalidade apoiar a pequena produção agropecuária por meio do estímulo a produção e promoção da agregação de valor e seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores. DESCRIÇÃO: Incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio de: 1. aquisição de calcário e adubos para correção de solos; Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos; 3. Estímulo a produção, comercialização, divulgação e melhoria de produtos agropecuários e derivados; 4. Capacitação de produtores, trabalhadores, técnicos e demais atores envolvidos nas cadeias produtivas em tecnologia da produção agropecuária, comercialização, gestão cooperativa e associativa, adoção de boas práticas agropecuárias, conservação, e manejo de solo e água no processo produtivo agropecuário, produção orgânica, projetos de melhoramento genético animal e vegetal; 5. Eventos Técnicos, Exposição Agropecuária.	30/11/2013
MAPA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	2200020130035 OGU 2013	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO DO SETOR AGROPECUARIO - FINALIDADE: Incentivo e fomento a produção agropecuária de pequeno e médio porte, por meio da adequação e manutenção de estradas vicinais, da aquisição e do fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas e de processamento agroindustrial, e pela realização de obras agropecuárias e investimentos de pequeno vulto.	30/11/2013
MAPA	Contrato de Repasse Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	2200020130008 BAHIA - OGU 2013	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO DO SETOR AGROPECUARIO - FINALIDADE: Incentivo e fomento a produção agropecuária de pequeno e médio porte, por meio da adequação e manutenção de estradas vicinais, da aquisição e do fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas e de processamento agroindustrial, e pela realização de obras agropecuárias e investimentos de pequeno vulto.	30/11/2013
MAPA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Entidade Privada sem fins lucrativos, Administração Pública Municipal	2200020130003 Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; Objetivo 0661	Constante do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, instituído pela Lei nº 12.593/2012, o Objetivo 0661 do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização visa promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor. A iniciativa 0489 - "Capacitação dos Agentes do Agronegócio Café" do Objetivo 0661, tem por finalidade o aprimoramento da mão de obra qualificada em todos os níveis da atividade cafeeira e promover o desenvolvimento da capacidade produtiva, tecnológica, comercial, em especial dos pequenos e médios produtores, que normalmente têm dificuldade de acesso a informações sobre tecnologias de produção, beneficiamento e mercados, entre outras, por meio de capacitação e treinamento de agentes do agronegócio café e promover o aprimoramento da mão de obra qualificada mediante a realização de cursos, seminários, dias de campo, congressos, simpósios e feiras agropecuárias, entre outras ações.	30/11/2013

MAPA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Entidade Privada sem fins lucrativos, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Empresa pública/Sociedade de economia mista	2200020130002 - Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; Objeto 0661	Constante do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, instituído pela Lei nº 12.593/2012, o Objeto 0661 do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização visa promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor. A iniciativa 02GR - Promoção do Café Brasileiro no País e Exterior do Objeto 0661, tem por finalidade formular as bases de um elenco consistente e ordenado de ações que criem uma imagem positiva do produto brasileiro, consolidar e ampliar o agronegócio café nos mercados interno e externo em todas as suas formas, garantir visibilidade e traduzir a excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais, promover a expansão permanente do consumo interno e externo do café, de forma a permitir a conquista contínua de novos consumidores, o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos e o seu valor agregado, e incrementar as exportações brasileiras de café com consequente geração de divisas para o país, por meio de participação em eventos como feiras nacionais e mundiais de alimentos e bebidas e de cafés especiais; eventos nacionais	30/11/2013
MAPA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Entidade Privada sem fins lucrativos, Administração Pública Municipal	2200020130003 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização;	Constante do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, instituído pela Lei nº 12.593/2012, o Objeto 0661 do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização visa promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor. A iniciativa 0489 - "Capacitação dos Agentes do Agronegócio Café" do Objeto 0661, tem por finalidade o aprimoramento da mão de obra qualificada em todos os níveis da atividade cafeeira e promover o desenvolvimento da capacidade produtiva, tecnológica, comercial, em especial dos pequenos e médios produtores, que normalmente têm dificuldade de acesso a informações sobre tecnologias de produção, beneficiamento e mercados, entre outras, por meio de capacitação e treinamento de agentes do agronegócio café e promover o aprimoramento da mão de obra qualificada mediante a realização de cursos, seminários, dias de campo, congressos, simpósios e feiras agropecuárias, entre outras ações.	30/11/2013
MAPA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Entidade Privada sem fins lucrativos, Administração Pública Municipal	2200020130002 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; Objeto 0661	Constante do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, instituído pela Lei nº 12.593/2012, o Objeto 0661 do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização visa promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor. A iniciativa 02GR - Promoção do Café Brasileiro no País e Exterior do Objeto 0661, tem por finalidade formular as bases de um elenco consistente e ordenado de ações que criem uma imagem positiva do produto brasileiro, consolidar e ampliar o agronegócio café nos mercados interno e externo em todas as suas formas, garantir visibilidade e traduzir a excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais, promover a expansão permanente do consumo interno e externo do café, de forma a permitir a conquista contínua de novos consumidores, o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos e o seu valor agregado, e incrementar as exportações brasileiras de café com consequente geração de divisas para o país, por meio de participação em eventos como feiras nacionais e mundiais de alimentos e bebidas e de cafés especiais; eventos nacionais	30/11/2013

MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista	2220220130002 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	A Embrapa traz em sua missão e em sua história a notória preocupação com o desenvolvimento e o bem estar da sociedade, o compromisso institucional, o pioneirismo e a responsabilidade social. Cada vez mais, tem manifestado atenção com a gestão de pessoas, concretizada nos programas e projetos, na busca de incorporar melhorias no seu plano de saúde e nas ações de treinamento e desenvolvimento que retratam a opção em cuidar mais da saúde do empregado, diante da afirmação e constatação de que prevenir é substancialmente melhor do que remediar. Em 28 de abril de 2006, foi criada a Caixa de Assistência dos Empregados da Embrapa - Casembrapa. Instituição com a finalidade específica, de direito privado, sem fins lucrativos na modalidade de autogestão patrocinada. A Casembrapa passou a ser a gestora do Plano de Assistência Médica dos Empregados da Embrapa, com a finalidade de garantir assistência à saúde a empregados e ex-empregados da Embrapa com seus respectivos dependentes, conforme o estabelecido no regulamento do plano de assistência médica. Entre as vantagens da mudança destacam-se a possibilidade de ampliação da rede credenciada, por meio de convê	21/8/2013
MDA INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	2220120130077 PRONERA – Superintendência Regional do INCRA Santarém (SR/30-STM) – Planos Orçamentários 01 – EJA, 02 Concessão de Bolsas e 03 Nível Médio e superior - Programa PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. Entidade Pública	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma política pública de Educação do Campo, instituída pelo Decreto n.º 7.352, de 04 de novembro de 2010. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo INCRA. Visa também, melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA e proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. O PRONERA COMPREENDE O APOIO A PROJETOS NAS SEGUINTES ÁREAS: I. alfabetização e escolarização dos jovens e adultos no ensino fundamental e médio; II. formação profissional integrada ou não com o ensino médio, por meio de cursos de educação profissional; III. formação profissional de nível superior e especialização em Residência Agrária e Educação do C	30/10/2013
MDA INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	2220120130076 PRONERA – Superintendência Regional do INCRA Médio São Francisco (SR/29 - MSF) – Planos Orçamentários 01 – EJA, 02 Concessão de Bolsas e 03 Nível Médio e superior - Programa PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. Entidade Pública	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma política pública de Educação do Campo, instituída pelo Decreto n.º 7.352, de 04 de novembro de 2010. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo INCRA. Visa também, melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA e proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. O PRONERA COMPREENDE O APOIO A PROJETOS NAS SEGUINTES ÁREAS: I. alfabetização e escolarização dos jovens e adultos no ensino fundamental e médio; II. formação profissional integrada ou não com o ensino médio, por meio de cursos de educação profissional; III. formação profissional de nível superior e especialização em Residência Agrária e Educação do C	30/10/2013

MDA INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	2220120130052 PRONERA – Superintendência Regional do INCRA da Bahia (SR/05-BA) – Planos Orçamentários 01 – EJA, 02 Concessão de Bolsas e 03 Nível Médio e superior - Programa PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. Entidade Pública	rograma Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma política pública de Educação do Campo, instituída pelo Decreto n.º 7.352, de 04 de novembro de 2010. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo INCRA. Visa também, melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA e proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. O PRONERA COMPREENDE O APOIO A PROJETOS NAS SEGUINTES ÁREAS: I. alfabetização e escolarização dos jovens e adultos no ensino fundamental e médio; II. formação profissional integrada ou não com o ensino médio, por meio de cursos de educação profissional; III. formação profissional de nível superior e especialização em Residência Agrária e Educação do C	30/10/2013
MDA INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	2220120130005 INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (BA/SR 05) Superintendência Regional do INCRA da Bahia – CONVÊNIO	Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc. visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.	31/12/2013
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal	2220420130015 - 2051.1851-Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Construção de Cisternas em Municípios no Estado da Bah	A carência de água para consumo humano e outros usos afeta negativamente os níveis de saúde pública e restringe as oportunidades de melhoria sócioeconômica das comunidades dos espaços geográficos onde a disponibilidade desse recurso é reduzida. Esta situação, em muitos casos, é devida ao caráter temporário dos mananciais e/ou a localização das fontes, exigindo grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Com isso, é de se esperar a redução das taxas de mortalidade e morbidade das populações afetadas, assim como a migração para locais com abastecimento garantido.	31/12/2013
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal	2220420130014 2029.7K66-Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado em Municípios no Estado da Bahia	O Brasil apresenta nitidas desigualdades intra e inter-regionais, resultado de um processo histórico de desenvolvimento que se caracterizou pela concentração em áreas específicas do território, notadamente o Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea. Em que pese modestos avanços em termos de desconcentração, o País ainda carece de políticas públicas efetivas que contribuam para a inserção equitativa de áreas menos dinâmicas, com precárias condições de vida para seus habitantes, no processo global de desenvolvimento econômico e social.	31/12/2013
MINISTERIO DA JUSTICA	Termo de Parceria Proposta Voluntária	Entidade Privada sem fins lucrativos	3000020130076 Marcas da Memória 4 de 2013 Termo de Parceria	4ª Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. PPA 2012-2015 (objetivo 0867): Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da (...) formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.	18/8/2013
MINISTERIO DA JUSTICA	Convênio Proposta Voluntária	Entidade Privada sem fins lucrativos	3000020130075 Marcas da Memória 4 de 2013 Convênio	4ª Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. PPA 2012-2015 (objetivo 0867): Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da (...) formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.	18/8/2013

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	Convênio Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Entidade Privada sem fins lucrativos	3091220130003 Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas	Promover a atualização da política de governo e da legislação nacional para a redução da demanda e da oferta de drogas; à luz dos interesses da sociedade; - Incentivar e apoiar a ação governamental para a redução da demanda de drogas, nas três esferas de Governo; - Promover e socializar o conhecimento nacional sobre drogas, garantindo rigor científico às ações de redução da demanda de drogas; - Fortalecer as estruturas do Sistema Nacional Antidrogas - SISNAD; - Prover apoio financeiro às ações de redução da demanda e da oferta de drogas; - Promover a articulação e a cooperação internacional para a redução da demanda de drogas; e - Promover a articulação política com os diversos setores do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a ação integrada de redução da demanda de drogas.	29/11/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	5800020130080 Programa 20.608.2052.20Y1.0001.0008 - Implantação de Infraestrutura Pesqueira e Aquícola - Territórios da Cidadania	Implantação de infraestruturas de produção, recepção, beneficiamento, distribuição e comercialização do pescado, para promover o aumento da produção sustentável, a agregação de valor e a qualidade dos produtos pesqueiros e aquícolas nacionais.	30/9/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Empresa pública/Sociedade de economia mista	5800020130076 Programa 20.608.2052.20Y0.0001.000A - Apoio à Renovação da Frota Artesanal	Apoio à renovação da frota artesanal, por meio da reestruturação e modernização de pequenos estaleiros já existentes, da realização de cursos para qualificar e atualizar a mão-de-obra local, valorizando os profissionais das comunidades pesqueiras e habilitando os pescadores para realização de serviços de reparo nos cascos e manutenção de motores. Promoção da qualificação e requalificação dos profissionais no que diz respeito à construção e manutenção de pequenas embarcações, bem como a estruturação e modernização de pequenos estaleiros.	31/12/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Empresa pública/Sociedade de economia mista	5800020130075 Programa 20.608.2052.20Y0.0001.0007 - Apoio a Projetos Demonstrativos na Atividade de Pesca	Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros. Fomentar o redirecionamento de parte do esforço de pesca atuante sobre recursos sobre explorados para recursos alternativos inexplorados ou em fase inicial de exploração. Organizar cruzeiros de pesca demonstrativos para geração de material de divulgação, como vídeos e cartilhas. Garantir o acesso às tecnologias necessárias para o ingresso nas pescarias alternativas, assegurando a sustentabilidade da atividade. Promover a utilização de tecnologias que resultem em melhorias nas condições laborais e de conservação do pescado, bem como na redução das capturas incidentais e dos gastos das operações de pesca. Fomentar o acesso a dados ambientais para o auxílio à pesca, como dados de temperatura superficial do mar (TSM), ventos e correntes marinhas. Desenvolver projetos de instalação, divulgação e acompanhamento de dispositivos de atração de peixes e incentivar a instalação dos dispositivos pelo setor produtivo, respeitando-se as normas estabelecidas. Incubação de estudos de viabilidade técnica das pescarias alternativas, abrangendo variáveis an	31/12/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	5800020130070 Programa 20.609.2028.20XZ.PO02 - Defesa Agropecuária	Certificação Oficial de compartimentos ou áreas de acordo com sua condição sanitária para doenças de animais aquáticos, credenciamento para o trânsito internacional de animais aquáticos, controle do trânsito nacional de animais aquáticos, manutenção e gerenciamento de sistema de informações relativas ao trânsito de animais aquáticos, controle de resíduos e contaminantes nos sistemas de produção, fiscalização das condições higiênicas-sanitárias de embarcações e infra-estruturas de desembarque de pescados e vigilância ativa de animais aquáticos.	31/12/2013

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	2220120130076 - PRONERA - Superintendência Regional do INCRA Médio São Francisco (SR/29 - MSF) - Planos Orçamentários 01 - EJA, 02 Concessão de Bolsas e 03 Nível Médio e superior - Programa PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. Entidade Pública	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma política pública de Educação do Campo, instituída pelo Decreto n.º 7.352, de 04 de novembro de 2010. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo INCRA. Visa também, melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA e proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. O PRONERA COMPREENDE O APOIO A PROJETOS NAS SEGUINTE ÁREAS: I. alfabetização e escolarização dos jovens e adultos no ensino fundamental e médio; II. formação profissional integrada ou não com o ensino médio, por meio de cursos de educação profissional; III. formação profissional de nível superior e especialização em Residência Agrária e Educação do C	30/10/2013
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	Contrato de Repasse, Convênio Voluntária	Administração Pública Municipal, Entidade Privada sem fins lucrativos, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Empresa pública/Sociedade de economia mista	4420420130005 FNMA/2045/20M6/Edital 01/2013 formação de Agentes Populares de Educação Ambiental	Apoio a projetos orientados para a Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e Implementação de Projetos Comunitários de Educação Ambiental no Território Nacional, priorizando a formação de mulheres e agentes jovens.	10/8/2013
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	Contrato de Repasse, Convênio Voluntária	Administração Pública Municipal, Entidade Privada sem fins lucrativos, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Empresa pública/Sociedade de economia mista	4420420130004 FNMA/2018/20N1/Edital 02/2013 Oferta de Sementes e Mudanças Nativas e Recuperação de APP's Hídricas	FNMA/2018/20N1/Edital 02/2013 - Oferta de Sementes e Mudanças Nativas e Recuperação de APP's Hídricas	10/8/2013
Presidência da República	Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	2010120130002 Autonomia e Emancipação da Juventude	O Programa Estação Juventude tem a finalidade de promover a inclusão e emancipação dos jovens, com a ampliação do acesso às políticas públicas por meio destes equipamentos públicos. O Estação Juventude oferecerá informações sobre programas e ações para os jovens, além de orientação, encaminhamento e apoio para que eles próprios tenham condição de construir as suas trajetórias e buscar as melhores formas para a sua formação.	13/9/2013
Presidência da República SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Convênio Proposta Voluntária	Entidade Privada sem fins lucrativos	2012120130008 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Edital de Chamada Pública nº 03/2013 - CONANDA/SDH/PR, de 10 de junho de 2013. Conforme definido no Edital de Chamada Pública nº 03/2013 - CONANDA/SDH/PR, de 10 de junho de 2013 e seus anexos.	4/8/2013
Presidência da República SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	2012620130021 Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial - PO 004	Apoio técnico e financeiro à criação e ao fortalecimento de mecanismos institucionais na administração pública federal, estadual e municipal de defesa dos direitos de indivíduos e de grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, e de políticas para promoção da igualdade racial, com vistas ao pleno exercício da cidadania no país. Estimular a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais na administração pública e o controle social, bem como promover a transparência das ações do governo e a implementação de políticas públicas com enfoque racial.	20/11/2013

MINISTERIO DAS CIDADES	Contrato de Repasse Proposta de Proponente Especifico do Concedente	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	5600020130001 PLANEJAMENTO URBANO	APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - AÇÕES DE INFRAESTRUTURA URBANA - Contrapartida para as transferências com valor igual ou superior a R\$ 750.000,00. A contrapartida, exclusivamente financeira, será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu índice de Desenvolvimento Humano, tendo como limite mínimo e máximo: I - no caso dos Municípios: a) 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; b) 4% (quatro por cento) e 8% (oito por cento) para Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste SUDECO; e c) 8% (oito por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais; II - no caso dos Estados e do Distrito Federal: a) 10%	13/12/2013
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	3200020130002 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	Realização de estudos, planos, anuários, sinopses, seminários, oficinas, audiências públicas para: modernização dos marcos legais minero-ambientais; fomento a políticas e levantamentos de geologia - geofísica, geoquímica, geodiversidade, hidrogeologia, geotecnologia; mineração; integração dos sistemas de informação de geologia e mineração; ordenamento territorial geomineiro; conhecimento geológico no Mar Territorial e na Amazônia, aproveitamento de água subterrânea no semi-árido; extensionismo mineral; orientação aos pequenos produtores minerais para práticas sustentáveis e de saúde e segurança do trabalhador; fomento ao cooperativismo e associativismo; desenvolvimento de tecnologias e inovação na cadeia produtiva mineral; incentivo a inovações tecnológicas pelo setor produtivo; ampliação da participação do setor nacional de bens e serviços na indústria mineral; informações estatísticas, incentivo a produção mineral e ao planejamento do setor privado mineral.	29/11/2013
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	5500020130004 Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	Apoio a formação e capacitação de gestores públicos das diferentes esferas de governo e de representantes da sociedade civil, que atuam na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, buscando a ampliação da compreensão sobre o tema na sociedade brasileira. Promoção de ações institucionais de articulação entre o Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios no contexto da implantação, gestão, financiamento e co-financiamento do sistema. Fortalecimento de mecanismos de participação e controle social na implementação de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Garantir a participação social, através do apoio financeiro às Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional. Produção e distribuição de publicações sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional para apoio ao processo de gestão, formação e capacitação. Cumprimento dos objetivos de formulação e coordenação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Instituição e coordenação do Fórum Tripartite de Pactuação (União, Estados/Distrito Federal e Municípios) e apoio aos Estados e Distrito Federal para instituição dos Fóruns Bipartites de Pactuação (Estados/Distrito F	3/8/2013

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	5800020130068 Programa 20.608.2052.14T1.0001.0001 - Implantação de Terminal Pesqueiro	Recuperação, ampliação, custeio, manutenção e promoção das cadeias produtivas da aquicultura e pesca nacionais de Terminais Pesqueiros Públicos.	30/11/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	5800020130067 Programa 20.608.2052.20Y1.0001.0004 - Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira	a) Apoio ao funcionamento de Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR; b) Apoio ao funcionamento das unidades integrantes da cadeia produtiva, nos espaços especialmente protegidos (unidades de conservação com interesse em pesca), para o desenvolvimento de atividades pesqueiras em sistemas de gestão compartilhada; c) Apoio à gestão e ao funcionamento de estruturas públicas ou de interesse público de desembarque, beneficiamento, conservação e comercialização de pescados necessárias à gestão dessas unidades. d) Estímulo ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva de organismos aquáticos ornamentais; e) Apoio ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias para catção e processamento dos mariscos bivalves, caranguejos e outros; f) Apoio à instalação e funcionamento de centros de formação de profissionais, bem como estações de comunicação que objetivem a difusão de informações sobre a atividade pesqueira e aquícola; g) Integração e harmonização das cadeias produtivas da pesca artesanal e pesca amadora.	30/11/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	5800020130066	Fomento e melhoria da infraestrutura de produção, beneficiamento, distribuição e comercialização do pescado extraído e cultivado através de: a) recuperação, ampliação, custeio e manutenção das cadeias produtivas da aquicultura e pesca nacionais de apoio logístico e de infraestrutura diversa e tecnologicamente adequada para a captura e cultivo através de formas coletivas de produção, armazenamento, conservação, acondicionamento, processamento, beneficiamento, escoamento e comercialização de pescado, iniciativas em pesquisa, ensino e projetos sociais voltados ao tema. b) fábricas de gelo, unidades de armazenamento e conservação de pescado, Unidades de estocagem de peixes ornamentais, Centro Integrados da Pesca Artesanal e da Aquicultura, secadores de algas, coletores de sementes, mecanização de cultivos; aquisição e fornecimento de meios de transporte de produtos e insumos pesqueiros e aquícolas; embarcações para transporte de peixes ornamentais, estruturas de desembarques; trapiches; atracadouros; flutuantes, ancoradouros; entrepostos de pescado; fábricas de insumos; unidades produtoras de formas jovens, edificações para acondicionamentos de embarcações pe	30/11/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	5800020130065 Programa 20.608.2052.20Y1.0001.0001 - Apoio à Adequação de Acessos Aquaviários	Realização de intervenções que resultem no Implante ou na adequação de acessos aquaviários de pequeno vulto que permitam a efetividade do deslocamento de embarcações pesqueiras em locais carentes de tais serviços. As intervenções, obedecendo a condicionantes locais e respeitando quadros e protocolos legais, podem abranger, entre outros: molhes de proteção, dragagens de aprofundamento e manutenção, sinalização, balizamento, contenção de margens, áreas de manobra e fundeio, bem como acessos a essas estruturas.	30/11/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	5800020130064 Programa 20.125.2052.20Y2.0002 - Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesqueira Nacional	Levantamento de dados e informações acerca das cadeias produtivas da aquicultura e pesca, incluindo produção, comercialização, consumo, estoque, empregos e dívidas geradas, com vistas a subsidiar as políticas públicas de gestão dos recursos pesqueiros e aquícolas.	31/12/2013

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	5800020130007 Implantação de Unidades Demonstrativas de Aquicultura	Implantação e operação de unidades demonstrativas de aquicultura, incluindo investimentos em equipamentos, tanques e estruturas de cultivo, custeio de insumos e de serviços de assistência técnica e qualificação, para fins de difusão tecnológica, atendendo a produtores, técnicos e extensionistas.	31/12/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Administração Pública Municipal	5800020130006 Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade e Segurança dos Produtos da Aquicultura	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle da qualidade da produção aquícola, baseados nos sistemas de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, Boas Práticas de Manejo Princípios e Padrões de Higiene Operacional, da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento, monitoramento e classificação das áreas de cultivo e extração; certificação, monitoramento, auditoria e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos; supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; desenvolvimento e implementação de uma metodologia segura para a identificação molecular das principais espécies de pescado brasileiro, através de sistemas (kits) de diagnóstico, a serem utilizados nacionalmente em centros (laboratórios) de referência para diagnóstico e identificação molecular (RENIMP).	31/12/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	5800020130005 Fomento a Unidades Produtoras de Formas Jovens de Organismos Aquáticos.	Implantação e adequação de infra-estrutura (obras civis, sistema hidráulico e elétrico) e de equipamentos laboratoriais nas unidades produtoras de formas jovens de organismos aquáticos.	
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	5800020130004 Estudos e Projetos para Implantação da Aquicultura em Águas Públicas	Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica e de planos de logística; aquisição de software de gestão, bancos de dados e base cartográfica; controle do ciclo de vida dos processos de autorização de uso, fiscalização e monitoramento remoto de áreas e parques aquícolas; operação, manutenção e modernização do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas de Domínio da União, elaboração de plano de sinalização náutica, implantação e manutenção de suas estruturas; manutenção das vistorias da marinha e do licenciamento ambiental; gerenciamento, administração e capacitação dos atores envolvidos nessas atividades; elaboração de metodologia para aprimoramento de cálculo de capacidade de suporte dos ambientes aquáticos e fiscalização da ocupação dos espaços públicos sob administração do MPA.	31/12/2013
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	Convênio Proposta Voluntária	Empresa pública/Sociedade de economia mista, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Consórcio Público, Administração Pública Municipal	5800020130003 Estruturação e Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aquícola	Apoio à estruturação, adequação física e sanitária, gestão e funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva aquícola: apoio ao funcionamento de estruturas públicas ou de interesse público destinadas à produção, escoamento e comercialização de produtos; promoção do ordenamento territorial da aquicultura familiar	31/12/2013